



Use o QRCode para
acessar o Caderno
Fé e Cidadania
na internet, com
mais artigos e links
citados.

A família e a cidade: objetivos para o desenvolvimento humano integral



Arte: Sergio Riccio Conte

Imaginada originalmente para ser um ponto de consenso mundial em relação ao futuro da humanidade, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, elaborada em 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU), representa um referencial inevitável quando organismos governamentais pensam, de forma abrangente e integrada, em suas políticas públicas. Enfrenta, contudo, críticas por sua complexidade, falta de obrigatoriedade, desigualdades na implementação, resistência ideológica e limitações no monitoramento. No conjunto, trata-se de um grande ideário a ser melhorado, até corrigido, e implementado. Infelizmente, as famílias são frequentemente as grandes esquecidas em muitos dos esforços internacionais,

regionais e locais com vistas ao bem comum.

Os formuladores das políticas públicas focam os muitos problemas apresentados por elas e imaginam que um Estado idealmente perfeito poderia ser mais eficiente na realização do bem das pessoas e até substituir as famílias. Engano monumental! As famílias são, de fato, sempre imperfeitas e falhas – porque imperfeitos e falhos somos todos nós, seres humanos...

E não há espaço social mais humano do que a família. Mas os Estados, tampouco, são perfeitos. Quase sempre são ainda mais falhos do que as famílias, além de não terem dado o mais fundamental da família: o amor e a ternura que unem e formam pessoas por toda uma vida.

Francisco Borba
Ribeiro Neto*

A Declaração de Veneza para Cidades Inclusivas é uma iniciativa focada em tornar as cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, alinhando-se com o Objetivo 11 da Agenda 2030. Originalmente elaborada em 2017 por especialistas sob o patrocínio da região de Vêneto, na Itália, e da Federação Internacional para o Desenvolvimento da Família (IFFD na sigla em inglês), foi atualizado em 2023 para refletir as experiências pós-pandemia. A declaração promove políticas como moradia e educação acessíveis, transporte sustentável, gestão ambiental e apoio a famílias vulneráveis, enfatizando o planejamento urbano voltado para a família. Foi

apresentada em 1º de março de 2023, no Conselho Regional de Vêneto, e tem mais de 200 cidades e regiões, incluindo cidades como Marselha, Atenas e São Paulo, regiões administrativas como Vêneto e Friuli (Itália).

Esta Declaração não está explicitamente vinculada a partidos políticos, sendo apoiada por uma coalizão de órgãos internacionais e regionais, incluindo: Conselho Regional do Vêneto (anfitrião e patrocinador da proposta); Federação Internacional para o Desenvolvimento da Família (IFFD, que co-redigiu a declaração); Rede Europeia de Inclusão Local e Ação Social (Elisan), Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, com seu Ponto Focal sobre Família; além das várias cidades signatárias.

Evidentemente, passar dos objetivos idealizados à realidade concreta

é uma tarefa difícil. Muitas cidades, mesmo tendo a vontade política, podem se ressentir de falta de recursos financeiros e equipes montadas para a implementação das iniciativas propostas. A dinâmica partidária local e o contexto político abrangente podem trazer outras dificuldades: é frequente que, quando a oposição ganha eleições, políticas públicas da gestão anterior sejam canceladas ou remodeladas mesmo quando se mostraram eficientes.

Apesar destes problemas, a Declaração de Veneza para Cidades Inclusivas é uma proposta mundial para o desenvolvimento urbano sustentável, focado nas famílias, apoiada por diversos órgãos locais e internacionais, mais do que por partidos políticos específicos. Seus objetivos amplos e inclusivos permitiram consensos significativos, ainda que

enfrentem muitos desafios práticos.

Em um contexto ideológico que muitas vezes parece hostil à ideia da família como núcleo estruturador da vida social, a Declaração de Veneza mostra que o desafio muitas vezes está mais na criação de um diálogo que supere barreiras ideológicas do que em uma oposição sectária. O fato é que todos querem famílias felizes e realizadas, ainda que a forma de as construir possa ser muito diferente, dependendo da posição inicial de cada um. Porém, quando o objetivo compartilhado fica claro e o esforço de realização se mostra sincero, é possível caminhar para um futuro melhor. No Brasil, o Family Taks é o representante oficial da Declaração de Veneza.

* Sociólogo e biólogo, editor dos Cadernos Fé e Cultura e Fé e Cidadania do jornal O SÃO PAULO

Dez compromissos urbanos pelo bem das famílias

Redação

A Declaração de Veneza, assinada por representantes de regiões, cidades e territórios participantes do projeto Cidades Inclusivas para Famílias Sustentáveis (Cifs), deseja ser um marco referencial na defesa, em todo o mundo, de cidades mais humanas e voltadas às famílias. Estabelece 10 linhas de ação a serem adotadas como prioritárias pelos seus signatários.

1. Habitação. Moradia para todos vai além da construção de habitações populares; trata-se de criar espaços dignos que incluam uma rede integrada de serviços públicos, lazer e a possibilidade de desenvolver laços comunitários. Os assentamentos urbanos devem considerar todas as situações familiares e grupos sociais, com planejamento urbano flexível e saudável. É crucial a avaliação de impacto ambiental e a assistência financeira para a construção de edifícios sustentáveis e resilientes, com foco nas mudanças demográficas.

2. Novas tecnologias. Em um mundo dependente da tecnologia, a inclusão digital e o acesso a novas tecnologias são necessidades para o desenvolvimento humano integral. Programas de Wi-Fi públicos, acesso a recursos de computação e cursos de capacitação digital permitem que populações pobres ingressem no mercado de trabalho, aumentando a produtividade. É necessário expandir a infraestrutura, promover o acesso igualitário e aprimorar a conectividade para todos os membros da família na área urbana,

No Brasil, 87,5% da população vive em cidades. O futuro de suas famílias está intrinsecamente ligado à qualidade de vida urbana. O que as grandes cidades podem fazer para melhorar o cotidiano de seus habitantes? A resposta está em políticas públicas integradas que reconheçam as famílias como protagonistas do desenvolvimento urbano.

garantindo a inclusão social e reduzindo a lacuna digital entre gerações.

3. Educação. O investimento em educação de qualidade traz enormes retornos sociais e atende a uma das maiores expectativas familiares: ver seus filhos se realizarem. Para ser

eficiente, o investimento deve priorizar o ensino de qualidade, integrando escola e família, com gestão transparente, focando a melhoria real da aprendizagem e capacitação. Creches e escolas de qualidade devem estar próximas à residência ou trabalho dos pais. Outras ações

incluem programas de educação parental, espaços de encontro intergeracional para atividades culturais e participação de idosos em atividades educacionais, ampliando a integração social..

4. Atenção à saúde. Os investimentos em saúde são vitais para as famílias, pois reduzem gastos diretos, aumentam a capacidade produtiva e promovem bem-estar. Estima-se que cada real investido em saúde pública gera retorno de R\$1,23 em renda familiar e R\$1,61 para o PIB. Para ser eficiente, o investimento público deve focar a prevenção, atenção primária



São Paulo: Rio Pinheiros. Imagem Ana Luiza Mahlmeister

Como as grandes cidades brasileiras se tornam mais inclusivas para as famílias

Redação

Cidades mais ricas e com mais recursos tendem a oferecer melhores condições de vida para as famílias, mas a relação não é tão direta como se pode imaginar. O Índice de Progresso Social (IPS)* mostra que outras variáveis são fundamentais para melhorar a qualidade de vida para as famílias. Uma análise das dez grandes cidades brasileiras com maior IPS mostra a importância de outros fatores.

O **planejamento urbano pensado para as pessoas** faz diferença real. Em Curitiba (PR), líder com IPS de 69,89, o sistema de transporte criado nos anos 1970 significa menos tempo em deslocamentos e mais tempo com a família. As áreas verdes são parques nos quais crianças brincam com segurança e famílias se reúnem. Belo Horizonte (MG) oferece ruas arejadas que tornam a vida urbana menos estressante.

O **saneamento básico universal** representa saúde para as famílias. Quando a Sanepar garante 100% de água tratada em Curitiba e alto índice de coleta de esgoto, menos crianças faltam à escola por diarreia, menos adultos perdem trabalho por doenças evitáveis, menos famílias gastam economias com remédios e internações. Essa infraestrutura protege gerações inteiras.

A **estabilidade econômica** traduz-se em segurança familiar. Brasília (IPS 69,04), com economia concentrada em setores resilientes (44,7% em Administração Pública e Educação), oferece empregos estáveis, salários regulares, capacidade de planejar o futuro. Isso permite

que pais invistam na educação dos filhos e construam patrimônio.

O **ambiente saudável** melhora a vida imediatamente. Em Campo Grande (MS, IPS 69,63), segunda colocada, famílias respiram ar limpo e vivem em uma cidade que preservou os recursos naturais. Parques bem cuidados significam menos doenças respiratórias e mais espaços de lazer gratuitos.

A **educação acessível** abre portas para as próximas gerações. Florianópolis (SC, IPS 67,91), polo de tecnologia e inovação, deve parte de seu elevado índice ao fato de ter a maior porcentagem de adultos com formação universitária.

Porém, o sucesso exige **equilíbrio**.

São Paulo (SP, IPS 68,88) e Rio de Janeiro (RJ, IPS 66,13), apesar da riqueza, sofrem com violência que assombra famílias diariamente. Cidade alguma prospera quando suas famílias não se sentem seguras.

O verdadeiro progresso mede-se nas cozinhas, salas e quartos das famílias brasileiras: onde há água limpa, transporte digno, escolas funcionais, empregos estáveis e ruas seguras para as crianças brincarem.

* O **IPS**, criado por Social Progress Imperative, estima o desenvolvimento social independentemente de indicadores econômicos. A metodologia avalia três dimensões com mais de 50 indicadores:

Necessidades Humanas Básicas: avalia acesso a nutrição e atendimento médico, água potável e saneamento, moradia digna e proteção contra violência.

Fundamentos do Bem-Estar: mede educação fundamental, tecnologias de informação, saúde e expectativa de vida, além de preservação ambiental.

Oportunidades: analisa direitos civis, liberdade pessoal, ausência de discriminação e acesso ao ensino superior.

Uma limitação do IPS é trabalhar com valores médios para cada local. Assim, a realidade das áreas mais pobres dentro de uma grande cidade fica oculta na análise global.

Município (UF)	IPS	População	Município (UF)	IPS	População
Curitiba (PR)	69,89	1.773.718	Campinas (SP)	68,7	1.139.047
Campo Grande (MS)	69,63	898.100	São Bernardo (SP)	68,34	810.729
Ribeirão Preto (SP)	69,57	698.642	Belo Horizonte (MG)	68,22	2.315.560
Brasília (DF)	69,04	2.817.381	Goiânia (GO)	68,21	1.437.366
São Paulo (SP)	68,88	11.451.999	Florianópolis (SC)	67,91	537.211

São Paulo, região central. Fonte Wikimedia

continua, gestão eficiente e inclusão social, protegendo especialmente famílias vulneráveis. Além disso, é importante promover hábitos e estilos de vida saudáveis, focando a prevenção de transtornos mentais e o atendendo às necessidades das pessoas idosas, também por meio da educação parental. Deve-se estabelecer uma estrutura para estimular a inovação e as relações intergeracionais em hospitais, além de garantir atendimento médico a visitantes e turistas.

5. Segurança. A importância da segurança se tornou óbvia para a população brasileira. Uma segurança pública eficiente requer ações integradas: policiamento comunitário preventivo, monitoramento em áreas críticas, urbanização adequada, educação preventiva, fortalecimento da justiça com investigações ágeis e políticas sociais que reduzam desigualdades. É crucial criar um ambiente acolhedor nas ruas, baseado na solidariedade, apoio mútuo e interação social. Isso pode ser feito por meio da promoção de voluntários, assistência jurídica, policiamento comunitário, uso de tecnologia, e treinamento em crises, garantindo a segurança pessoal e patrimonial e a confidencialidade de dados sensíveis.

6. Meio ambiente. Os cuidados com o meio ambiente são essenciais para as famílias porque promovem saúde, bem-estar e qualidade de vida, além de preservar recursos naturais para gerações futuras. Em nível pessoal, ações eficientes implicam educação ambiental em casa e na escola, consumo consciente, comportamentos

que reduzem ou permitem a reciclagem dos insumos. Estas iniciativas, contudo, dependem da ação do poder público, criando parques e áreas verdes, garantindo a coleta de resíduos e a reciclagem, minimizando as fontes poluidoras etc.

7. Transporte. Nas cidades em que os provedores das famílias perdem horas no deslocamento, transporte urbano rápido e de qualidade faz grande diferença na dinâmica familiar. Essa eficiência exige: integração entre ônibus, metrô e trens, corredores exclusivos, tarifa justa, frota moderna e acessível, pontualidade, segurança, informação em tempo real e expansão para periferias. Investimentos em mobilidade ativa como ciclovias e calçadas adequadas também são essenciais, além da promoção de estratégias para reduzir o uso desnecessário de outros modos de transporte como o teletrabalho e arranjos flexíveis de trabalho e tempo em casa.

8. Acessibilidade financeira. Existem várias providências que podem dar alívio financeiro concreto a famílias, melhorando sua qualidade de vida. Por exemplo, facilitar o acesso a serviços e benefícios, especialmente para aquelas em situações vulneráveis, incluindo jovens, pessoas com deficiência e idosos; projetar estratégias para garantir o valor da área urbana, enfrentando a falta de moradia; incentivar a edificação de prédios eficientes no uso de energia etc.

9. Lazer e turismo. A qualidade de vida urbana passa pelo uso adequado dos espaços de patrimônio cultural e paisagístico, facilitando o acesso a atividades culturais e esportivas para todos os membros da família, mantendo e criando centros culturais, museus, parques e centros desportivos.

10. Famílias em situações vulneráveis. Famílias monoparentais, numerosas, de migrantes ou com pessoas que necessitam de cuidados especiais são particularmente vulneráveis e precisam de um acompanhamento adequado, por meio de programas específicos para reconhecer o valor

do trabalho não remunerado e de cuidados, acompanhamento em suas necessidades básicas e estruturas de atendimento etc.

Um caminho possível. As experiências globais demonstram que cidades verdadeiramente inteligentes são aquelas que colocam o bem-estar das famílias no centro do planejamento urbano. Investir nas famílias é a forma mais eficaz de construir cidades resilientes, equitativas e prósperas. Os desafios são imensos, especialmente em contextos de desigualdade como o brasileiro, mas soluções viáveis existem. É necessário, porém, vontade política dos governantes e compromisso dos cidadãos para com o bem comum.

Fatores que minam a qualidade de vida das famílias nas grandes cidades brasileiras

Redação

Por que milhões de famílias em capitais brasileiras enfrentam condições de vida precárias, apesar de morarem em grandes centros urbanos? Cidades como Maceió (AL), Belém (PA), Recife (PE) e Manaus (AM) possuem IPS (Índice de Progresso Social) relativamente baixos, revelando que o tamanho da cidade não garante dignidade para quem nela vive. Cinco fatores estruturais afetam diretamente a vida das famílias:

A **urbanização desigual, sem planejamento**, condena gerações inteiras a viver em territórios abandonados pelo poder público. Na Baixada Fluminense, famílias acordam às 4h para trabalhar no centro do Rio, voltando para casas sem infraestrutura básica. Duque de Caxias tem a segunda maior economia fluminense, mas ocupa apenas o 56º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) estadual. Em cidades como Ananindeua (PA), São Gonçalo (RJ) e

Nova Iguaçu (RJ), crianças crescem sem postos de saúde próximos e escolas adequadas.

A **falta de saneamento básico** significa que famílias convivem diariamente com doenças evitáveis. Em Macapá (AP, IPS 58,72), apenas 5% da população têm acesso a esgoto tratado, enquanto nos 20 melhores municípios brasileiros 97,7% da população tem coleta de esgoto. Crianças brincam em ruas contaminadas, contraem verminoses e infecções que comprometem seu desenvolvimento. Mães em Porto Velho (RO, 57,25), Belém (62,33) e Manaus (63,19) lutam para manter os filhos saudáveis sem água potável garantida.

Em muitas cidades de porte médio e grande, a **insegurança e a violência** reduzem a qualidade de vida significativamente, afetando a

mobilidade social, a saúde mental e oportunidades econômicas. O Nordeste concentra as maiores taxas de violência do País. A insegurança contribui para pontuações mais baixas no IPS, em municípios como Salvador (BA, IPS 62,05), Recife (63,33) e Maceió (61,48), nas quais altas taxas de homicídios e acidentes de trânsito minam o bem-estar. Em Maceió, com 38,6 mortes violentas intencionais por 100 mil habitantes, há relatos de pais restringindo as brincadeiras dos filhos na rua após o anoitecer devido à insegurança. Famílias em Salvador e Recife frequentemente adaptam rotinas diárias para evitar áreas de tiroteios entre facções. No Rio de Janeiro (IPS 66,13), onde ocorreram 2.938 homicídios dolosos em 2024, mães da periferia expressam temor constante de que

seus filhos sejam assassinados ou cooptados pelo tráfico. Nas áreas dominadas pelo crime, empresas hesitam em se instalar, com perda de oportunidades de emprego.

A **concentração de renda e a falta de oportunidades** obstaculizam o progresso pessoal e familiar. Em Manaus, a renda média dos mais ricos é nove vezes maior que a dos mais pobres. O crescimento econômico não se traduz em progresso social, com empregos de baixa remuneração e alta informalidade, afetando 40% a 50% da força de trabalho nas metrópoles nordestinas.

Por fim, as cidades com pior qualidade de vida para as famílias padecem de uma **governança ineficiente, com gestão sem resultados**. Políticas loteadoras criam territórios fragmentados nos quais bairros nobres convivem com periferias abandonadas. A ausência de governança orientada a resultados impede que investimentos se convertam em bem-estar coletivo, mantendo cidades presas em ciclos de subdesenvolvimento crônico.



Uma aldeia para educar uma criança, uma cidade para cuidar de uma família

Rodolfo Canônico*

Imagine uma família sustentada por uma mulher solteira, na casa dos 40 anos, com dois filhos em idade escolar, responsável também por cuidar dos pais com mais de 70, aposentados com um salário mínimo – é o que recebem quatro em cada cinco aposentados no Brasil. Para que os filhos disponham de boa educação e tempo livre de qualidade – sem excesso de telas, e protegidos também das más influências –, além de boas escolas, essa mãe precisa de boas praças, bons parques, espaços públicos de qualidade que ensejem a convivência comunitária. Sem isso, as crianças ficarão trancadas em casa, impedidas de brincar livremente. Para deixar seus pais em segurança, evitando acidentes domésticos comuns aos idosos, nossa protagonista também necessita de centros específicos, que lhes ofereçam atividades e os cuidados necessários. Que estes recursos destinados aos mais jovens e aos mais velhos sejam acessíveis e integrados também é importante: não são poucos os amigos dos filhos, e de outras crianças, que são cuidados pelos próprios avós. Isso sem falar em outros elementos que apoiam a rotina: bom transporte público, para que o escasso tempo de descanso não seja forçosamente transformado em jornada; postos de saúde, para vacinas e consultas em dia; flexibilidade no trabalho, para atender aos imprevistos inescapáveis do cotidiano; segurança, para que as crianças possam estar na rua brincando, como até pouco tempo era frequente nas cidades.

Um enfoque integrado, pró-família.

Diz a sabedoria popular que é preciso uma aldeia inteira para educar uma criança. Uma vez que crianças têm pais, avós, tios e tias com necessidades próprias, também é preciso uma aldeia inteira para cuidar de uma família. Em tempos como os nossos, em que se é muito difícil contar com uma verdadeira comunidade (o nosso equivalente a uma aldeia), o melhor que se pode proporcionar em larga escala são políticas públicas – e, em um país marcado pela desigualdade como o nosso, muitas são as famílias que dependem, que precisam delas. Na prática, na ausência desse apoio comunitário, muitas famílias buscam apoio contratando serviços: babás, cuidadores de idosos, escolas etc. Porém, a dura realidade é que apenas 20% das famílias brasileiras têm renda suficiente para adquirir esses serviços, conforme dados do IBGE; ou seja, quatro em cada cinco famílias não têm dinheiro para isso e dependem, portanto, dos serviços oferecidos pelo



Fonte: pixabay.com

As famílias podem ser um eixo norteador das políticas públicas, tornando tais políticas mais integradas, mais eficientes e, sobretudo, mais humanas.

governo. Mas são poucas as políticas públicas que têm por centro, mais do que faixas etárias ou gênero, a própria vida comum. Este é um dos motivos pelos quais, apesar dos recursos despendidos pelo Estado, ainda falta muito para que as famílias realmente se sintam seguras frente aos desafios impostos pelos cuidados das pessoas, dos recém-nascidos às pessoas idosas dependentes. Pais e mães, idosos, adolescentes e crianças não vivem isolados, compartimentados por “secretarias”: vivem em família. Mas as políticas públicas vigentes insistem em uma segmentação da realidade que, por vezes, é contraproducente, também consequência da maneira com que a administração pública é organizada, em “departamentos”.

Existem, contudo, alternativas concretas, já aplicadas em cidades do Brasil e do mundo, com sólidos resultados em termos de fortalecimento das famílias. O projeto Cidades Inclusivas para Famílias Sustentáveis (Cifs) é uma iniciativa internacional que busca justamente estimular esse enfoque integrado e que efetivamente apoia as famílias.

No Brasil. No último mês de junho, na cidade de São Paulo, como parte da programação da Virada ODS, ini-

ciativa brasileira de destaque internacional voltada à promoção da Agenda 2030, foi realizado o I Encontro Nacional de Cidades Inclusivas para Famílias Sustentáveis. O evento foi promovido pela Prefeitura de São Paulo, em parceria com o Family Talks, representante nacional do Cifs. Não por acaso, o encontro aconteceu no início de um novo ciclo de mandatos municipais, momento em que prefeitos e vereadores têm maior liberdade para repensar prioridades, organizar suas equipes e, sobretudo, definir as metas de suas administrações para os próximos quatro anos. Nossa sugestão é clara: nada é mais importante em uma cidade do que ajudar as famílias a cuidar das pessoas.

Em si mesmo, o evento é um exemplo do que se pode fazer, tendo em vista um futuro no qual as famílias são princípio, meio e fim das políticas públicas no Brasil: mobilizar as cidades com as melhores iniciativas nesse âmbito a compartilhar seus resultados e experiências. Estiveram presentes, por exemplo, gestores e representantes de Barueri (SP), Jundiaí (SP), São Carlos (SP), todas signatárias da Declaração de Veneza, compromisso internacional por cidades mais acolhedoras para as famílias. Muitos desses municípios possuem,

por exemplo, secretarias dedicadas exclusivamente ao assunto, uma proposta que, a depender do contexto, tem suas vantagens. À primeira vista, uma “secretaria da família” pode parecer mais um “cabide eleitoral”, um canal para escoar impostos sem finalidade clara. Na prática, essas secretarias podem ajudar no mapeamento do perfil das famílias, ajustando as políticas disponíveis na cidade às necessidades reais de seus moradores. Também podem trabalhar de forma integrada com serviços de assistência social, educação e saúde, garantindo que a vida familiar seja o princípio estruturante de toda sua atuação.

Um caminho para o futuro. Já se vê, no horizonte próximo, um Brasil envelhecido, que pouco encoraja a formação de novas famílias: a taxa de natalidade de 1,6 filho por mulher, revelada no último Censo, é prova irrefutável de que as pessoas estão desistindo delas, e o aumento de mais de 50% no número de idosos na população ao longo da última década corrobora um cenário no qual é cada vez mais difícil e custoso cuidar das pessoas. O problema é que todos, sem exceção, precisamos e precisaremos de cuidados um dia, e haveremos de recebê-los dos que nos são mais próximos e nos conhecem pelo que somos, e que geralmente estão dentro da família. Nenhum Estado, afinal, é capaz de dar colo a um bebê choroso ou ouvir com atenção as ricas memórias de uma avó. Pode, contudo, apoiar este papel por mais de seus braços que estão mais próximos da vida comum, no dia a dia de uma cidade. É certo que viveremos em um país diferente quando a prioridade de cada uma delas for uma só: tornar a missão das famílias mais fácil.



Family Talks é um programa de *advocacy* que tem como objetivo propor ações para a defesa dos direitos e o fortalecimento das famílias junto a lideranças nas esferas civis e governamentais. O programa está vinculado à Adef (Associação de Desenvolvimento da Família), uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, apartidária e não confessional, fundada em 1978. A missão da Adef é promover projetos para o fortalecimento dos vínculos familiares por meio da defesa de direitos e da ação direta com as famílias.

Para conhecer melhor o Family Talks, veja: <https://familytalks.org/>.

* Diretor-executivo do Family Talks. Graduado e mestre em Engenharia Eletrônica, especialista em políticas públicas para a família pela Universidade Internacional da Catalunha